

A IMAGEM DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE OURO PRETO: O RESGATE DE UMA DEVOÇÃO

ANTÔNIO FERNANDO B. SANTOS*

A imagem e a denúncia

A imagem de Nossa Senhora das Mercês, atribuída a Antônio Francisco Lisboa, foi apresentada pela primeira vez ao público em exposição realizada no Museu de Arte de São Paulo, em novembro de 1977. A mostra, intitulada "Artistas e artífices do Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII",¹ teve curadoria do diretor do museu, João Marino. A escultura pertencia ao acervo de um colecionador paulista, Antônio Carlos Kfourri, que, em atendimento à solicitação do curador,² disponibilizou prontamente parte do seu precioso acervo na mostra.

A escultura apareceu ainda uma segunda vez, em 1979, em outra exposição, também no MASP, em São Paulo,³ intitulada "Arte no Brasil, uma história de cinco séculos".

Foi aí que um ouropretano, após visita à exposição, fez a denúncia de que essa imagem pertencia ao acervo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, em Ouro Preto. Informada do fato, a Superintendência Regional do IPHAN em Belo Horizonte solicitou abertura de inquérito à Polícia Federal para a apuração da ocorrência de eventual furto e/ou receptação da obra. No mês de setembro de 1995, por solicitação da Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais ao delegado da Polícia Federal de São Paulo, Mario Ikeda, foi requerido à Justiça Federal um mandado de busca e apreensão da escultura, deferido em 22 de setembro e afinal cumprido no dia 29 do mesmo mês, definindo por ficar a obra na residência do colecionador. Finalmente, o juiz Petrônio Maranhão Gomes de Sá determinou o acautelamento da imagem no Museu de Arte Sacra de São Paulo, no dia 17 de outubro de 1995, ficando o seu diretor, João Marino, como seu fiel depositário.

Nesse período houve uma grande movimentação para que a imagem ficasse em São Paulo, integrando o acervo do Museu de Arte Sacra, tendo sido, inclusive, iniciado, pelo CONDEPHAAT, um processo para seu tombamento, a pedido do diretor do museu.

De dezembro de 95 a janeiro de 96 o processo ficou paralisado em razão da morte do juiz, continuando a imagem sob a custódia do diretor do Museu de Arte Sacra. A sua continuidade se deu após a designação da juíza Sílvia Maria Rocha, que decidiu, em 6 de fevereiro de 1996, pela transferência da escultura para Minas Gerais, onde aguardaria o julgamento da ação de decisão sobre a sua propriedade. Imediatamente foi providenciada a



Detalhe do rosto da peça
com a complementação das mechas dos cabelos

* Especialista em Conservação/Restauração e Mestre em Artes Visuais/Conservação IPHAN/13 ° SR

1. O catálogo da exposição "Artistas e Artífices do Brasil séculos XVI, XVII e XVIII" - Museu de Arte de São Paulo, novembro de 1977 exibiu a fotografia da escultura.

2. O curador da exposição, em entrevista à Revista Veja, informou: "Eu conhecia a imagem desde que ela chegara a São Paulo, provavelmente no início de 1970". Revista *Veja*, 25 de outubro de 1995.

3. A foto da escultura foi publicada no catálogo da exposição à página 38, s/d.



Nossa Senhora das Mercês
Com vestido e capa

transferência da obra para a cidade de Ouro Preto, antes de homologado o seu tombamento pelo Estado de São Paulo.

Segundo o advogado da 9ª Superintendência Regional do IPHAN-SP, Reynaldo Mora,

"...o tempo era primordial em todo esse episódio (...) e o delegado com a ordem judicial apressava a embalagem da Santa. Ao lado o responsável pelo museu telefonava para a diretoria e para os advogados, tentando impedir a saída da Santa (...) o transporte se daria por via terrestre. Entretanto, o advogado percebendo a movimentação dos interessados na Santa para que essa ficasse no Museu de São Paulo, aconselhou o Delegado a enviar a Imagem de avião, meio mais rápido e seguro."⁴

Às 19 horas do dia 8 de fevereiro de 1996, o delegado Mario Ikeda informa ao advogado que a imagem havia embarcado no aeroporto de Congonhas rumo a Belo Horizonte.

Em Ouro Preto a escultura foi recebida com grande festa, com os fiéis mercedários em preces, na esperança de conseguir perante a justiça o direito de ter reintegrada, em seu acervo, a imagem da padroeira, impiedosamente arrancada do retábulo-mor da igreja.⁵

A irmandade e a igreja

A fundação da Confraria de Nossa Senhora das Mercês de Ouro Preto foi instituída, em Vila Rica, no dia 24 de setembro de 1740, segundo documento de 1845, o qual descreve: "passamos a informar com verdade e succintamente: primeiro, que esta Associação religiosa foi criada no anno de mil setecentos e quarenta aggregada a Capella de São Joze da mesma cidade e Freguezia do Ouro Preto".⁶

Por não possuir uma igreja própria, naquela época, a confraria mercedária exercia suas atividades religiosas na capela de São José, onde permaneceu até por volta de 1772.

Em 22 de janeiro de 1758, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês decidiu fazer, na capela de São José, um altar para a sua padroeira "*de madeira lisa feito na melhor forma que puder*".⁷ Dois anos mais tarde, o retábulo já estava concluído, tendo os mercedários pago aos entalhadores José Rodrigues da Silva e Leandro Soares de Carvalho pela sua construção. Consta em recibo "P. ouro q. pagou Bernardo de Ar.º Franco a Jozê Roiz da S.ª e Leandro Soares de Carv.º de ft.º do Altar de N. Sra. como consta do recibo a fl. 14v., 13 oitavas".⁸

Possivelmente data também desse período a execução da escultura da padroeira de Nossa Senhora das Mercês que ocupava o trono desse retábulo. No inventário da irmandade, datado de

4. Crônica "O almoço"; do advogado Reynaldo Mora.

5. Cabe registrar que o referido inquérito terminou sendo arquivado em razão de prescrição da pretensão punitiva (trinta anos decorridos da prática do delito). Era preciso, então, discutir judicialmente a questão do dano ao patrimônio histórico e cultural da coletividade, em razão da retirada da imagem do acervo a que pertencia. Os autos foram remetidos à Justiça Federal em Minas Gerais. O Ministério Público Federal propôs, em seguida, uma Ação Civil Pública requerendo que a imagem encontrada em poder do colecionador fosse declarada como a imagem desaparecida da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, e fosse o réu condenado a restituir a obra ao acervo de onde foi retirada.

6. TRINDADE. Cônego Raimundo. Igreja das Mercês de Ouro Preto. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1959, v. 14, p. 178.

7. Arquivo Eclesiástico de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. v. 42, f. 94.

8. *Ibidem*. v. 38, f. 23.

27 de dezembro de 1761, a escultura fazia parte do seu acervo, aparecendo relacionada da seguinte forma: "Imagem de Nossa Senhora das Mercês com seu vestido de seda bordado de ouro e outro usado de damasquilha, guarnecido de galão de ouro".⁹

Ainda no século XVIII, na década de 60, ocorreu um desentendimento entre os irmãos mercedários, o que resultou em uma ruptura da irmandade. Registre-se que o motivo da discórdia não foi referenciado no arquivo da Ordem. Uma das partes vai então estabelecer-se na ermida do Bom Jesus dos Perdões em Antonio Dias, sendo seu patrono o padre José Fernandes Leite.

O partido conservador, sempre mais forte em Ouro Preto, sentiu-se vitorioso, favorecendo, portanto, os irmãos das Mercês e Perdões, entre os quais estavam o chefe nacional e o dirigente da província. Os dois lados da irmandade visavam à categoria de ordem terceira, pleiteando o direito de precedência nas procissões e enterros e o privilégio das graças espirituais específicas. Embora tenham alcançado as licenças eclesiásticas pretendidas, tudo isso resultou "em pura perda", segundo palavras do historiador cônego Raimundo Trindade.

No dia 4 de dezembro de 1767, frei Basílio Gil de Barnabé, Geral da Ordem com sede em Madri, atendendo a pedidos da confraria dos mercedários, encaminha para Vila Rica dois documentos destinados aos irmãos, ainda na sede em São José:

*"O primeiro concedia-lhes a agregação à Ordem Primária e lhes conferia longa série de graças e privilégios; o outro autorizava o comissário da Ordem a benzer e impor hábitos e escapulários, bem como dar aos irmãos a absolvição ritual da Ordem nos dias apontados em seu calendário".*¹⁰

Os irmãos mercedários da Freguesia de Ouro Preto se empenhavam para que sua irmandade fosse elevada à categoria de ordem terceira, e o documento do Geral de Madri não lhes conferia a solicitação aspirada. Para evitar que os irmãos adversários conseguissem mais cedo a colocação desejada, encaminharam sua solicitação ao prior do único convento de religiosos das Mercês no Brasil, localizado no norte do Maranhão. Este os atendeu plenamente, concedendo-lhes, através de documento datado de 25 de agosto de 1775, o direito de usar hábitos, capas e correias, nomeando para seu primeiro comissário criador da ordem o pároco da freguesia.

O desentendimento entre os irmãos mercedários de Ouro Preto se estendeu por mais de um século, fracassando cada tentativa de pacificação.

No dia 4 de agosto do ano de 1771, reunida em mesa redonda, ainda na Capela de São José, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia decide construir a sua própria



Detalhe da cabeça da escultura com a perda da mecha de cabelo

9. Arquivo Eclesiástico de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. v. 42, f. 92v.

10. TRINDADE, Cônego Raimundo. Ob. Cit. 1959, v. 14, p. 186.



Vestido em damasquilha

igreja, para nela colocar a imagem da padroeira. Ressalva o fato de estar em "*Cappela alheya recebendo várias descortezias...*".¹¹

Em outubro do mesmo ano a irmandade recebeu licença para a edificação da igreja, e, em 14 de novembro de 1773, trasladou-se solenemente a imagem de Nossa Senhora das Mercês da Capela de São José para a nova igreja.

Para a decoração do interior da capela-mor, foram contratados os serviços de João Batista de Figueiredo, um dos pintores mais conceituados da época. Segundo documentos o artista teria executado, entre os anos de 1773 e 1787, o douramento e a pintura da capela-mor. Infelizmente, essa pintura não foi identificada e, possivelmente, encontra-se sob as várias camadas que recobrem atualmente o retábulo-mor e o camarim da capela.

A escultura e os estudos

A escultura da padroeira mercedária de Nossa Senhora das Mercês foi executada por Antônio Francisco Lisboa¹² para compor o trono do retábulo da irmandade, localizado na Capela de São José, em Ouro Preto. Não se sabe, pois, de que maneira essa obra teve por destino o acervo do colecionador de arte paulista Antônio Carlos Kfoury, onde permaneceu por um longo período.

No ano de 1995 é ajuizada uma ação civil pública pelo Ministério Público Federal em Minas Gerais, com o objetivo de verificar e comprovar que a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia - Mercês de Cima - de Ouro Preto, era de fato a verdadeira proprietária da obra.

O laudo realizado pela restauradora Beatriz Coelho,¹³ perita arrolada no curso do inquérito policial, identificou vários elementos associados à escultura, tais como uma capa, que nela se adapta perfeitamente, dois pares de brincos, uma coroa de prata e ainda um oratório dourado e policromado. Contudo, nenhum desses acessórios permitiu comprovar a sua propriedade pela irmandade de Ouro Preto.

No curso da ação, o autor deste artigo é intimado como testemunha. Para subsidiar seu depoimento, realiza vários estudos, não só na escultura, mas nos documentos da irmandade, na bibliografia existente sobre o artista e, principalmente, na extensa documentação que compõe o processo. Esses estudos permitiram então comprovar a propriedade pela irmandade e, ainda, identificar elementos característicos, até então não revelados, na obra do artista entalhador, tais como o emprego de vestes em escultura policromada e mechas de cabelo esculpidas afastadas do corpo para permitir a colocação de vestimentas.

A escultura, em madeira dourada e policromada, é de excepcional feitura, obra que o mestre Antônio Francisco Lisboa, com os seus aproximados 20 anos de idade, executou para os irmãos mercedários, revelando nesse momento uma das primeiras marcas da sua genialidade escultórica.

11. TRINDADE, Cônego Raimundo. Ob. Cit. 1959, v. 14, p. 219.

12. Em 1974, ainda nas mãos do colecionador, a escultura recebeu um laudo do museólogo Orlandino Seitas Fernandes, que atribuiu sua fatura a Antônio Francisco Lisboa, estabelecendo sua correlação com as obras do artista nos Passos da Paixão, em Congonhas, considerando que havia sido feita em 1790. Em 1995, a historiadora Myrian Andrade Ribeiro de Oliveira confirma a atribuição da Virgem a Antônio Francisco Lisboa, porém, datando-a do período de 1772-74.

13. Este estudo encontra-se publicado nesta revista.

O artista, em consonância com as tradições da irmandade mercedária, buscou representar a Virgem das Mercês dentro da mais perfeita realidade e na opulência que devia envolver a padroeira. Representa a figura de uma jovem, de braços abertos, olhar mesclado entre o profano e o divino. Ostenta uma fisionomia serena e misteriosa, talvez inspirada em modelo europeu.

O realismo foi atingido pela genialidade do escultor, ao prever a possibilidade de mesclar os elementos da madeira entalhada com os tecidos da indumentária que cobriam a imagem completando a sua iconografia. Além da capa "feita de pano", como dito por Orlandino, constatamos que a imagem deveria receber vestes completas. Depois de levantada tal possibilidade, em busca realizada no acervo da igreja, foram localizados dois vestidos: um, em damasco de seda, bordado com fios e galão de ouro, e outro em damasquilha, também bordado com os mesmos elementos e padrões decorativos. Esses dois vestidos se adaptam perfeitamente ao tamanho da imagem. São os mesmos que aparecem citados no inventário de 1761, já que a descrição do inventário corresponde exatamente às duas peças. A preservação desses vestidos pela igreja foi essencial para a conclusão de que aquela era mesmo a imagem primitiva da irmandade.

Não havendo dúvidas de que a escultura é de fatura de Antônio Francisco Lisboa, resta evidente que sua execução, no entanto, é de alguns anos anteriores à datação dada pelos dois especialistas citados.¹⁴

Podemos admitir que a escultura apresenta relação mais direta com o anjo tocheiro do acervo do Museu da Inconfidência, executado originalmente para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto. Esse anjo apresenta características estilísticas bastante semelhantes às da escultura da Virgem das Mercês quanto ao formato do rosto e pescoço, olhos grandes e amendoados, nariz e boca de desenho fino, porém marcados, queixo bem definido, e ainda os cabelos com penteado bastante peculiar, possivelmente inspirados em modelo renascentista. Segundo a historiadora Lygia Martins Costa, o anjo tocheiro pode ser datado da década de 1770.¹⁵

A escultura de Nossa Senhora das Mercês teria sido executada no final da década de 50 ou início da década de 60 do século XVIII.

Sobre o período da sua execução, o pesquisador Sylvio de Vasconcelos informa que "É nas décadas dos 60 e 70, já adulto, que a personalidade de Antonio Francisco se define por inteiro. Com méritos reconhecidos, trabalho intenso e suficientes recursos para manter-se, de um lado procura desfrutar a vida como homem e, de outro, compenetrar-se das responsabilidades inerentes à sua qualidade de artista".¹⁶

Fotografias constantes da ação mostram que a escultura das Mercês, ao ser adquirida pelo colecionador paulista, encontrava-



Detalhe da policromia do fundo do oratório

14. A imagem foi citada pela primeira vez no dia 2 de julho de 1758, em documento que descreve reunião entre o procurador e mais oficiais irmãos da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos irmãos mercedários, informando sobre desentendimento com a irmandade que os abrigava, o que resultou na retirada da imagem do seu altar, "ornada com seu vestido de seda e guarnecido de seu galão de ouro à roda, e sua coroa de prata e um par de brincos de diamante de aljofres"

15. COSTA, Lygia Martins. *De museologia arte e política de patrimônio*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio. IPHAN, Minc, 2002, p. 212.

16. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. São Paulo: Brasileira, 1979, p. 18.



Antes da intervenção

se totalmente repintada e com perdas de suporte referentes aos dedos das mãos e ainda parte das duas mechas frontais do cabelo. Isso porque, em 1973, a obra recebera uma intervenção que removeu a repintura que recobria toda a policromia e douramento, e ainda complementou as partes faltantes do suporte - dedos das mãos direita e esquerda e parte das mechas frontais do cabelo, conforme laudo do "restaurador".¹⁷ Percebe-se que as mechas frontais foram complementadas por outro material que não a madeira, pois não são visíveis na radiografia realizada durante a peritagem.¹⁸

Ao complementar a perda, o "restaurador" não percebeu a proposta escultórica original do artista, que teria esculpido a mecha um pouco distanciada do ombro da figura, justamente no local onde a madeira se rompeu. Pelo rompimento da madeira nessa exata área comprova-se, nitidamente, que o artista esculpiu as mechas afastadas do corpo da figura, seguindo a mesma proposta da mecha da parte posterior. No caso de o artista ter trabalhado originalmente a escultura com as mechas apoiadas nos ombros - como executado pelo "restaurador" -, ele as teria entalhado no mesmo bloco do corpo.¹⁹ Isso jamais resultaria em uma perda dos fragmentos das mechas, como ocorreu. As duas mechas frontais, por se mostrarem vulneráveis, acabaram se rompendo, e os dois fragmentos perderam-se.

A confecção da escultura com as mechas frontais afastadas do corpo justifica-se pelo fato de que a obra foi executada para receber vestes, o que é tradição nas irmandades de Nossa Senhora das Mercês, sendo mais comum a representação da Virgem em imagem de vestir, na maioria das vezes de roca.²⁰

Ainda sobre a intervenção realizada pelo "restaurador", constatamos ainda que a remoção da repintura da escultura foi executada de maneira totalmente inadequada, danificando a camada de policromia e douramento originais, ficando apenas resquícios do rico estofamento de esgrafiados, punções e relevos. Mas, sem dúvida, a complementação das mechas frontais da escultura foi a intervenção mais descaracterizadora. Ao refazer a perda, sem um estudo prévio e detalhado para o entendimento da fatura original da escultura, o "restaurador" não conseguiu reproduzir a proposta primitiva do artista entalhador e colocou as duas mechas - que deveriam ser soltas - aderidas ao corpo da imagem, impossibilitando a colocação da indumentária.

Dessa forma, não ficaram as referências necessárias para a identificação de que a obra recebia, além da capa, as vestes em tecido. Tratava-se, portanto, de uma "escultura de vestir", de "inteiro vulto".²¹ recebendo toda a sua indumentária - vestido, saias, camisas, escapulário, capa e até peruca - como descrito nos inventários.

Para complementação das mechas frontais da escultura, o

17. Relatório das intervenções realizadas na escultura por José Timótheo Rodrigues e documentação fotográfica anterior à intervenção - anexos ao processo

18. As radiografias foram cedidas pela perita, a restauradora Beatriz Coelho.

19. Como exemplo de execução de mecha entalhada aderida ao corpo temos a Imagem de Nossa Senhora do Carmo do retábulo da Fazenda Serra Negra, atualmente localizado no Museu da Inconfidência de Ouro Preto.

20. De 14 imagens de Nossa Senhora das Mercês identificadas em igrejas tombadas pelo IPHAN em Minas Gerais, 10 são "imagens de vestir" e quatro de "inteiro vulto".

21. Termo usado por Orlandino Seitas Fernandes no laudo de atribuição da escultura a Antonio Francisco Lisboa, datado de 1774.

"restaurador" buscara referência em uma obra do Aleijadinho, o Cristo da Capela da Crucificação de Congonhas. Ocorre que as mechas frontais daquela escultura não correspondem às mechas posteriores, mostrando nitidamente outra fatura e outro momento da obra do artista.²²

A defesa do colecionador e os testemunhos

Pelo fato de a escultura de Nossa Senhora das Mercês aparecer listada no inventário de 1761 juntamente com seus vestidos, foi erroneamente identificada, pela defesa do colecionador paulista, como uma imagem de roca, apesar de jamais ter sido referida por esse termo.

Outra informação usada como defesa pelo colecionador foi a de que, "por ocasião de suas férias, em julho de 1962, esteve em Nova Lima, quando adquiriu a imagem (...) do padre Oswaldo Carlos Pereira que oficiou na Paróquia de Nova Lima", e que "sequer suspeitava que se tratava de obra de Aleijadinho",²³ tentando justificar a origem da imagem, como proveniente da capela da Fazenda da Jaguará.

Por outro lado, estudos recentes do pesquisador Olinto Rodrigues dos Santos Filho, em artigo publicado nesta revista, informam que a capela da Jaguará não possuía em seu acervo nenhuma imagem de Nossa Senhora das Mercês. Da mesma forma, Cristina Correa de Araújo Ávila (também testemunha no processo) informa que "não havia devoção à Nossa Senhora das Mercês na região de Nova Lima, Rio Acima ou Matozinhos",²⁴ informação confirmada pelo pároco da Paróquia do Pilar, padre José Feliciano da Costa Simões.²⁵

Conclusões

Após a constatação de que a escultura de Antônio Francisco Lisboa foi executada como uma "imagem de vestir", o que se justifica pela execução das mechas dos cabelos e ainda pelo panejamento "pesado e molhado",²⁶ bastante diferente do usual do artista e próprio para o recebimento das vestes, pode-se concluir que a imagem listada no inventário de 1761 é, sem dúvida, a de sua autoria. Pelo fato de tratar-se de uma imagem de vestir, e sendo paramentada com toda a sua indumentária, inclusive peruca e brincos, compreende-se haver passado despercebida aos olhos dos pesquisadores e historiadores, não sendo citada por nenhum deles.

Sendo a padroeira mercedária uma "imagem de vestir", justifica-se o fato de aparecer sempre relacionada nos inventários realizados pela irmandade, associada aos seus vestidos, hábitos completos, saias, camisas e outras peças de indumentária.²⁷

Identificamos, na região de Ouro Preto e Mariana, outras

22. Possivelmente esse foi o elemento que levou o historiador Orlandino Seitas Fernandes a datar a escultura de 1790, associando-a aos trabalhos do mestre em Congonhas.

23. Processo de Ação Civil Pública n. 96.9170-6, sentença, f. 2.155.

24. Ibidem. sentença, f. 2.170.

25. Ibidem. correspondência do padre Simões para Reynaldo Mora, f. 250

26. Termo usado por Orlandino Seitas Fernandes para descrição do panejamento da escultura.

27. Os inventários da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos anos de 1761 - 27 de dezembro, 1774 - 24 de abril, 1777 - 11 de janeiro, 1788 - 9 de janeiro, 1816, 1929 e 1934, existentes no Arquivo Eclesiástico de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, descrevem sempre a imagem de Nossa Senhora das Mercês associada a vestidos, camisas, saias, manto, capa, véu, correia, escapulário, e outras peças da indumentária mercedária.

"imagens de vestir", também de autoria de Antônio Francisco Lisboa, como o São Francisco de Paula, da Igreja de São Francisco de Paula de Ouro Preto, e um Senhor dos Passos, do acervo do Museu Arquidiocesano de Mariana, ambas "imagens de vestir" e de "inteiro vulto".

Outro fato importante que não poderia deixar de ser relacionado é que, no ano de 1819, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês contratou os serviços de Joaquim Dias Bicalho para a construção de um oratório.²⁸ Segundo informações recorrentes em Ouro Preto, o oratório abrigou por longo período a imagem da padroeira. Ora, o mais interessante é que, para a execução da decoração interna do oratório e o estofamento do seu interior, o artista buscou inspiração nos desenhos da padronagem do vestido damasquilha da Virgem, tendo-lhe seguido o mesmo padrão em losangos e elementos florais em tons róseos e azuis, o que nos permite estabelecer uma relação direta da imagem com o oratório.

Depois de concluídos esses estudos, restou possível afirmar que Antônio Francisco Lisboa esculpiu a imagem da padroeira de Nossa Senhora das Mercês para a confraria mercedária de Ouro Preto ainda antes da separação entre os irmãos. A Confraria de Mercês e Misericórdia, ou Mercês de Cima, pelo fato de ter recebido, em 1775, a sentença de patrimônio a seu favor,²⁹ teve o direito de ficar com a escultura em seu acervo.

Os resultados desses estudos serviram de testemunho na audiência realizada nos dias 21 e 22 de agosto de 2001, na Justiça Federal de Minas Gerais.

No dia 29 de abril de 2003, finalmente, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto ganhou pela segunda vez a propriedade da padroeira, dessa vez por decisão da Juíza titular da 11ª Vara de Minas Gerais:

"... julgo procedente o pedido para: declarar que a imagem de Nossa Senhora das Mercês, apreendida em poder do Réu Antonio Carlos Kfourí era tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no dia 8 de setembro de 1939, sob o número 243, às folhas 42 do Livro do Tombo das Belas Artes, juntamente com o restante do acervo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto e condenar o Réu Antonio Carlos Kfourí na obrigação de restituir a obra de arte aludida ao acervo de onde foi retirada".

Parte da cruzada está ganha, sejam quais forem as batalhas que se avizinhem.

28. "Recebi do Thezoureiro desta Irm.de Joze Martins Ferreira a quantia de Secenta e seis e quatro centos a conta de maior quantia que a mesma Irmand.e me devia de hum Oratorio grande boa Talha com suas Imagens e Seis quadros grandes. Tudo dourado V.a R.a 25 de janeiro de 1819 //Joaquim Dias Bicalho // L.o aberto em 1754 fls. 228".

29. TRINDADE, Cónego Raimundo. Ob. Cit. 1959, v. 14, p. 195.